



# Sumário

## Parte I

### TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL

1.	DIREITO PENAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS .....	3
1.1.	Conceito de Direito Penal .....	3
1.2.	Alocação na Teoria Geral do Direito .....	4
1.3.	Nomenclatura .....	4
1.4.	Características do Direito Penal .....	4
1.5.	Criminalização primária e criminalização secundária. Seletividade e vulnerabilidade no Direito Penal .....	5
1.6.	Relações do Direito Penal com outros ramos do Direito .....	6
1.6.1.	Com o Direito Processual Penal .....	6
1.6.2.	Com o Direito Constitucional .....	7
1.6.3.	Com o Direito Administrativo .....	7
1.6.4.	Com o Direito Civil .....	8
1.6.5.	Com o Direito Internacional .....	8
1.7.	Funções do Direito Penal .....	9
1.7.1.	Direito Penal como proteção de bens jurídicos .....	9
1.7.2.	Direito Penal como instrumento de controle social .....	10
1.7.3.	Direito Penal como garantia .....	10
1.7.4.	Função ético-social do Direito Penal .....	10
1.7.5.	Função simbólica do Direito Penal .....	11
1.7.6.	Função motivadora do Direito Penal .....	11
1.7.7.	Função de redução da violência estatal .....	11

1.7.8.	Função promocional do Direito Penal .....	12
1.8.	A ciência do Direito Penal .....	12
1.8.1.	Introdução .....	12
1.8.2.	Dogmática penal .....	12
1.8.3.	Política criminal .....	13
1.8.4.	Criminologia .....	13
1.9.	Divisões do Direito Penal .....	14
1.9.1.	Direito Penal fundamental ou Direito Penal primário ....	14
1.9.2.	Direito Penal complementar ou Direito Penal secundário ..	15
1.9.3.	Direito Penal comum .....	15
1.9.4.	Direito Penal especial .....	15
1.9.5.	Direito Penal geral .....	15
1.9.6.	Direito Penal local .....	15
1.9.7.	Direito Penal objetivo .....	15
1.9.8.	Direito Penal subjetivo .....	16
1.9.9.	Direito Penal material .....	16
1.9.10.	Direito Penal formal .....	16
1.10.	Fontes do Direito Penal .....	16
1.10.1.	Introdução .....	16
1.10.2.	Fontes materiais, substanciais ou de produção .....	16
1.10.3.	Fontes formais, cognitivas ou de conhecimento .....	17
1.10.3.1.	Fontes formais mediatas .....	17
1.11.	Questões .....	19
2.	PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL .....	21
2.1.	Conceito .....	21
2.2.	Princípios em espécie .....	22
2.2.1.	Princípio da reserva legal ou da estrita legalidade .....	22
2.2.1.1	Princípio da reserva legal e mandados de criminalização .....	24
2.2.2.	Princípio da anterioridade .....	24
2.2.3.	Princípio da insignificância ou da criminalidade de bagatela .....	25
2.2.3.1.	Princípio da insignificância e sua valoração pela autoridade policial .....	35
2.2.3.2.	Princípio da insignificância imprópria ou da criminalidade de bagatela imprópria .....	35
2.2.4.	Princípio da individualização da pena .....	36

2.2.5.	Princípio da alteridade .....	37
2.2.6.	Princípio da confiança .....	37
2.2.7.	Princípio da adequação social .....	38
2.2.8.	Princípio da intervenção mínima .....	38
2.2.9.	Princípio da fragmentariedade ou caráter fragmentário do Direito Penal .....	40
2.2.10.	Princípio da subsidiariedade .....	41
2.2.11.	Princípio da proporcionalidade .....	42
2.2.12.	Princípio da humanidade .....	44
2.2.13.	Princípio da ofensividade ou da lesividade .....	44
2.2.14.	Princípio da exclusiva proteção do bem jurídico .....	45
2.2.14.1.	Eleição de bens jurídicos e a teoria constitucional do Direito Penal .....	45
2.2.14.2.	A espiritualização (desmaterialização ou liquefação) de bens jurídicos no Direito Penal .....	46
2.2.15.	Princípio da imputação pessoal .....	46
2.2.16.	Princípio da responsabilidade pelo fato .....	47
2.2.17.	Princípio da personalidade ou da intranscendência .....	47
2.2.18.	Princípio da responsabilidade penal subjetiva .....	47
2.2.19.	Princípio do <i>ne bis in idem</i> .....	48
2.2.20.	Princípio da isonomia .....	49
2.3.	Questões .....	50
3.	<b>A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL</b> .....	53
3.1.	O Direito Penal dos povos primitivos .....	53
3.1.1.	Introdução .....	53
3.1.2.	Vingança divina .....	54
3.1.3.	Vingança privada .....	55
3.1.4.	Vingança pública .....	56
3.2.	Idade antiga: Direito Penal grego e Direito Penal romano .....	57
3.2.1.	Direito Penal grego .....	57
3.2.2.	Direito Penal romano .....	58
3.3.	Idade Média .....	59
3.3.1.	Direito Penal germânico .....	59
3.3.2.	Direito Penal canônico .....	60
3.4.	Idade Moderna .....	62
3.4.1.	Período humanitário – O pensamento de Beccaria .....	62

4.	A HISTÓRIA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO .....	65
4.1.	Período Colonial .....	65
4.2.	Código Criminal do Império .....	66
4.3.	Período Republicano .....	67
5.	ESCOLAS PENAIS .....	69
5.1.	Escola Clássica .....	69
5.2.	Escola Positiva .....	70
5.3.	Correcionalismo Penal .....	72
5.4.	Tecnicismo Jurídico-Penal .....	73
5.5.	A defesa social .....	75
5.6.	Questões .....	77
6.	A EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DO DIREITO PENAL .....	79
6.1.	Positivismo jurídico .....	79
6.2.	Neokantismo penal .....	80
6.3.	Garantismo penal .....	81
6.4.	Funcionalismo penal .....	82
6.4.1.	Posição de Claus Roxin – Escola de Munique .....	83
6.4.2.	Posição de Günther Jakobs – Escola de Bohn .....	84
6.5.	Novas propostas doutrinárias: Direito Penal e enfrentamento da criminalidade moderna .....	85
6.5.1.	Introdução .....	85
6.5.2.	Direito intervencionista ou de intervenção .....	88
6.5.3.	As velocidades do Direito Penal .....	90
6.5.4.	Direito Penal do inimigo .....	92
6.5.4.1.	Noções preliminares .....	92
6.5.4.2.	Conceito de inimigo .....	92
6.5.4.3.	Efeitos da aplicação da teoria do Direito Penal do inimigo .....	94
6.5.5.	Direito Penal como proteção de contextos da vida em sociedade .....	96
6.6.	Questões .....	98
7.	LEI PENAL .....	101
7.1.	Introdução .....	101
7.2.	Classificação .....	102

7.3. Características da lei penal .....	103
7.4. Lei penal em branco .....	104
7.5. Interpretação da lei penal .....	105
7.5.1. Introdução .....	105
7.5.2. Quanto ao sujeito: autêntica, judicial ou doutrinária .....	106
7.5.3. Quanto aos meios ou métodos: gramatical e lógica .....	106
7.5.4. Quanto ao resultado: declaratória, extensiva e restritiva .....	107
7.5.5. Interpretação progressiva .....	107
7.5.6. Interpretação analógica .....	107
7.6. Analogia .....	108
7.6.1. Introdução .....	108
7.6.2. Espécies .....	108
7.7. Lei penal no tempo .....	110
7.7.1. Introdução .....	110
7.7.2. Direito Penal intertemporal e o conflito de leis penais no tempo .....	111
7.7.2.1. <i>Novatio legis</i> incriminadora .....	111
7.7.2.2. Lei penal mais grave ou <i>lex gravior</i> .....	112
7.7.2.3. <i>Abolitio criminis</i> e lei posterior benéfica .....	112
7.7.2.4. Combinação de leis penais ( <i>lex tertia</i> ) .....	116
7.7.2.5. Lei penal intermediária .....	118
7.7.3. Lei penal temporária e lei penal excepcional .....	118
7.7.4. As leis penais em branco e o conflito de leis no tempo ....	120
7.8. Conflito aparente de leis penais .....	122
7.8.1. Conceito .....	122
7.8.2. Requisitos .....	122
7.8.3. Localização no Direito Penal .....	122
7.8.4. Finalidade .....	123
7.8.5. Diferença com o concurso de crimes .....	124
7.8.6. Diferença com o conflito de leis penais no tempo .....	124
7.8.7. Princípios para solução do conflito .....	124
7.8.7.1. Princípio da especialidade .....	125
7.8.7.2. Princípio da subsidiariedade .....	128
7.8.7.3. Princípio da consunção ou da absorção .....	129
7.8.8. Ausência de previsão legal .....	138
7.9. Tempo do crime .....	138

7.10. Lei penal no espaço .....	140
7.10.1. Introdução .....	140
7.10.2. Princípio da territorialidade .....	141
7.10.2.1. Conceito de território .....	141
7.10.2.2. Território brasileiro por extensão .....	142
7.10.3. Outros princípios .....	142
7.10.3.1. Princípio da personalidade ou da nacionalidade ...	142
7.10.3.2. Princípio do domicílio .....	143
7.10.3.3. Princípio da defesa, real ou da proteção .....	143
7.10.3.4. Princípio da justiça universal .....	144
7.10.3.5. Princípio da representação .....	144
7.11. Lugar do crime .....	144
7.11.1. Não aplicação da teoria da ubiquidade em outras hipóteses .....	145
7.12. Extraterritorialidade .....	146
7.12.1. Introdução .....	146
7.12.2. Extraterritorialidade incondicionada .....	147
7.12.2.1. Extraterritorialidade incondicionada e o art. 8.º do Código Penal – Proibição do <i>bis in idem</i> ..	147
7.12.2.2. Extraterritorialidade incondicionada e a Lei de Tortura .....	148
7.12.3. Extraterritorialidade condicionada .....	148
7.13. Lei penal em relação às pessoas .....	149
7.13.1. Introdução .....	149
7.13.2. Imunidades diplomáticas e de chefes de governos estrangeiros .....	150
7.13.3. Imunidades parlamentares .....	151
7.13.3.1. Alocação .....	151
7.13.3.2. Introdução .....	151
7.13.3.3. Conceito e finalidade .....	152
7.13.3.4. Imunidade material ou inviolabilidade .....	152
7.13.3.5. Imunidade formal .....	154
7.13.3.6. Pessoas abrangidas pela imunidade .....	157
7.13.3.7. Suspensão e renúncia da imunidade .....	157
7.13.3.8. Imunidades e estado de sítio .....	158
7.14. Disposições finais acerca da aplicação da lei penal .....	159
7.14.1. Introdução .....	159

7.14.2. Eficácia da sentença estrangeira .....	159
7.14.3. Contagem de prazo .....	160
7.14.4. Frações não computáveis da pena .....	162
7.14.5. Legislação especial .....	163
7.15. Questões .....	163

## Parte II

### TEORIA GERAL DO CRIME

8. CRIME: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS .....	169
8.1. Conceito de crime .....	169
8.1.1. Critério material ou substancial .....	169
8.1.2. Critério legal .....	170
8.1.2.1. Crime e contravenção penal: outras distinções ..	172
8.1.2.2. Conceito legal de crime e o art. 28 da Lei 11.343/2006 – Lei de Drogas .....	173
8.1.3. Critério analítico .....	175
8.1.4. Critério adotado pelo Código Penal .....	177
8.2. Ilícito penal e outros ilícitos .....	178
8.3. Sujeitos do crime .....	178
8.3.1. Sujeito ativo .....	178
8.3.1.1. A pessoa jurídica como sujeito ativo de crimes ..	179
8.3.2. Sujeito passivo .....	182
8.4. Objeto do crime .....	184
8.5. Questões .....	184
9. CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES .....	187
9.1. Introdução .....	187
9.1.1. Crimes comuns, próprios e de mão própria .....	187
9.1.2. Crimes simples e complexos .....	189
9.1.3. Crimes materiais, formais e de mera conduta .....	189
9.1.4. Crimes instantâneos, permanentes, de efeitos permanentes e a prazo .....	190
9.1.5. Crimes unissubjetivos, plurissubjetivos e eventualmente coletivos .....	191
9.1.6. Crimes de subjetividade passiva única e de dupla subje- tividade passiva .....	192
9.1.7. Crimes de dano e de perigo .....	192

9.1.8.	Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes .....	193
9.1.9.	Crimes comissivos, omissivos e de conduta mista .....	194
9.1.10.	Crimes de forma livre e de forma vinculada .....	196
9.1.11.	Crimes mono-ofensivos e pluriofensivos .....	196
9.1.12.	Crimes principais e acessórios .....	197
9.1.13.	Crimes transeuntes e não transeuntes .....	197
9.1.14.	Crimes à distância, plurilocais e em trânsito .....	197
9.1.15.	Crimes independentes e conexos .....	198
9.1.16.	Crimes condicionados e incondicionados .....	198
9.1.17.	Outras classificações .....	199
9.1.17.1.	Crime gratuito .....	199
9.1.17.2.	Crime de ímpeto .....	199
9.1.17.3.	Crime exaurido .....	199
9.1.17.4.	Crime de circulação .....	199
9.1.17.5.	Crime de atentado ou de empreendimento ....	199
9.1.17.6.	Crime de opinião ou de palavra .....	200
9.1.17.7.	Crime multitudinário .....	200
9.1.17.8.	Crime vago .....	200
9.1.17.9.	Crime internacional .....	200
9.1.17.10.	Crime de mera suspeita, sem ação ou de mera posição .....	200
9.1.17.11.	Crime inominado .....	201
9.1.17.12.	Crime habitual .....	201
9.1.17.13.	Crime profissional .....	201
9.1.17.14.	Quase-crime .....	201
9.1.17.15.	Crime subsidiário .....	201
9.1.17.16.	Crime hediondo .....	201
9.1.17.17.	Crime de expressão .....	202
9.1.17.18.	Crime de intenção .....	202
9.1.17.19.	Crime de tendência ou de atitude pessoal ....	202
9.1.17.20.	Crime mutilado de dois atos ou tipos imperfeitos de dois atos .....	202
9.1.17.21.	Crime de ação violenta .....	202
9.1.17.22.	Crime de ação astuciosa .....	203
9.1.17.23.	Crime falho .....	203
9.1.17.24.	Crime putativo, imaginário ou erroneamente suposto .....	203
9.1.17.25.	Crime remetido .....	203

9.1.17.26. Crimes de responsabilidade .....	203
9.1.17.27. Crime obstáculo .....	204
9.1.17.28. Crime progressivo .....	204
9.1.17.29. Progressão criminosa .....	204
9.1.17.30. Crimes de impressão .....	204
9.1.17.31. Crimes militares .....	204
9.1.17.32. Crimes falimentares .....	205
9.1.17.33. Crimes funcionais ou <i>delicta in officio</i> .....	205
9.1.17.34. Crimes parcelares .....	205
9.1.17.35. Crimes de hermenêutica .....	206
9.1.17.36. Crimes de rua .....	206
9.1.17.37. Crime liliputiano .....	206
9.2. Questões .....	207
<b>10. FATO TÍPICO .....</b>	<b>209</b>
10.1. Introdução .....	209
10.2. Conduta .....	210
10.2.1. Teoria clássica, naturalística, mecanicista ou causal .....	211
10.2.2. Teoria final ou finalista .....	213
10.2.3. Teoria cibernética .....	214
10.2.4. Teoria social .....	215
10.2.5. Teoria jurídico-penal .....	216
10.2.6. Apontamentos gerais sobre a conduta .....	216
10.2.7. Formas de conduta .....	217
10.2.8. Teorias acerca da omissão .....	218
10.2.9. Caracteres da conduta .....	218
10.2.10. Exclusão da conduta .....	219
10.3. Resultado .....	220
10.3.1. Conceito .....	220
10.3.2. Denominação .....	220
10.3.3. Espécies .....	221
10.4. Relação de causalidade ou nexos causal .....	221
10.4.1. Denominação .....	221
10.4.2. Dispositivo legal .....	222
10.4.3. Conceito .....	222
10.4.4. Âmbito de aplicação .....	222
10.4.5. Teorias .....	222
10.4.5.1. Teorias adotadas pelo Código Penal .....	223
10.4.6. Concausas .....	225

10.4.6.1. Introdução .....	225
10.4.6.2. Causas dependentes e independentes .....	225
10.4.7. Relevância da omissão .....	230
10.4.7.1. Conceito e alcance .....	230
10.4.7.2. Teoria adotada .....	231
10.4.7.3. Dever de agir: critérios existentes para sua definição .....	231
10.4.7.4. Poder de agir .....	232
10.4.7.5. Hipóteses de dever de agir .....	233
10.4.8. A questão da dupla causalidade .....	235
10.4.9. Teoria da imputação objetiva .....	235
10.4.9.1. Evolução histórica .....	235
10.4.9.2. Introdução .....	236
10.4.9.3. Conceito e análise dos pressupostos .....	237
10.4.9.4. A imputação objetiva para Jakobs e Roxin .....	242
10.4.9.5. Conclusões .....	243
10.5. Tipicidade .....	243
10.5.1. Conceito .....	243
10.5.2. Evolução doutrinária .....	244
10.5.2.1. Tipicidade como indício da ilicitude e o art. 386, inc. VI, do Código de Processo Penal .....	245
10.5.3. Teoria dos elementos negativos do tipo .....	246
10.5.4. Teoria da tipicidade conglobante .....	246
10.5.5. Adequação típica: conceito e espécies .....	248
10.6. Questões .....	249
<b>11. TEORIA DO TIPO .....</b>	<b>253</b>
11.1. Conceito .....	253
11.2. Espécies .....	253
11.3. Tipo legal .....	254
11.4. Funções do tipo legal .....	254
11.4.1. Função de garantia .....	254
11.4.2. Função fundamentadora .....	255
11.4.3. Função indiciária da ilicitude .....	255
11.4.4. Função diferenciadora do erro .....	256
11.4.5. Função seletiva .....	256
11.5. Estrutura do tipo legal .....	256

11.5.1. Elementos modais .....	258
11.6. Classificação doutrinária do tipo legal .....	259
11.6.1. Tipo normal e tipo anormal .....	259
11.6.2. Tipo fundamental e tipo derivado .....	259
11.6.3. Tipo fechado e tipo aberto .....	259
11.6.4. Tipo de autor e tipo de fato .....	260
11.6.5. Tipo simples e tipo misto .....	260
11.6.6. Tipo congruente e tipo incongruente .....	261
11.6.7. Tipo complexo .....	261
11.7. Questões .....	261
12. CRIME DOLOSO .....	263
12.1. Introdução .....	263
12.2. Teorias do dolo .....	263
12.2.1. Teorias adotadas pelo Código Penal .....	264
12.3. Elementos do dolo .....	264
12.4. Dolo natural e dolo normativo .....	265
12.5. Espécies de dolo .....	266
12.5.1. Dolo direto e dolo indireto .....	266
12.5.1.1. Dolo eventual e os crimes de trânsito .....	268
12.5.2. <i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i> .....	269
12.5.3. Dolo de propósito e dolo de ímpeto (ou repentino) .....	269
12.5.4. Dolo genérico e dolo específico .....	269
12.5.5. Dolo presumido .....	270
12.5.6. Dolo de dano e dolo de perigo .....	270
12.5.7. Dolo de primeiro grau e dolo de segundo grau .....	270
12.5.8. Dolo geral, por erro sucessivo, <i>dolus generalis</i> ou <i>aberratio causae</i> .....	271
12.5.9. Dolo antecedente, dolo atual e dolo subsequente .....	271
12.6. O dolo nas contravenções penais .....	272
12.7. Questões .....	273
13. CRIME CULPOSO .....	275
13.1. Introdução .....	275
13.2. Fundamento da punibilidade da culpa .....	276
13.3. Conceito de crime culposo .....	277
13.4. Elementos do crime culposo .....	277

13.4.1. Conduta voluntária .....	278
13.4.2. Violação do dever objetivo de cuidado .....	278
13.4.2.1. Apontamentos gerais .....	278
13.4.2.2. Modalidades de culpa .....	279
13.4.3. Resultado naturalístico involuntário .....	281
13.4.4. Nexo causal .....	281
13.4.5. Tipicidade .....	282
13.4.6. Previsibilidade objetiva .....	282
13.4.7. Ausência de previsão .....	284
13.5. Espécies de culpa .....	284
13.5.1. Culpa inconsciente e culpa consciente .....	284
13.5.2. Culpa própria e culpa imprópria .....	285
13.5.3. Culpa mediata ou indireta .....	286
13.5.4. Culpa presumida .....	287
13.6. Graus de culpa .....	287
13.7. Compensação de culpas .....	288
13.8. Concorrência de culpas .....	289
13.9. Caráter excepcional do crime culposo .....	289
13.10. Exclusão da culpa .....	290
13.11. Questões .....	291
<b>14. CRIME PRETERDOLOSO .....</b>	<b>293</b>
14.1. Conceito .....	293
14.2. Relação entre dolo e culpa .....	294
14.3. <i>Versari in re illicita</i> .....	294
14.4. Crimes qualificados pelo resultado .....	294
14.5. Questões .....	296
<b>15. ERRO DE TIPO .....</b>	<b>299</b>
15.1. Introdução .....	299
15.2. Previsão legal .....	299
15.3. Erro e ignorância: distinção e tratamento .....	300
15.4. Conceito .....	300
15.4.1. Erro de tipo e crimes omissivos impróprios .....	301
15.5. Espécies .....	301
15.6. Efeitos .....	301

15.7. Erro de tipo e crime putativo por erro de tipo .....	302
15.8. Descriminantes putativas .....	303
15.9. Erro determinado por terceiro .....	305
15.9.1. Erro determinado por terceiro e concurso de pessoas ....	306
15.10. Erro de tipo accidental .....	307
15.10.1. Erro sobre a pessoa ou <i>error in persona</i> .....	307
15.10.2. Erro sobre o objeto .....	308
15.10.3. Erro sobre as qualificadoras .....	308
15.10.4. Erro sobre onexo causal ou <i>aberratio causae</i> .....	308
15.10.5. Erro na execução ou <i>aberratio ictus</i> .....	309
15.10.5.1. Espécies de erro na execução .....	310
15.10.6. Resultado diverso do pretendido, <i>aberratio delicti</i> ou <i>aberratio criminis</i> .....	311
15.10.6.1. Espécies .....	312
15.11. Gráfico conclusivo .....	312
15.12. Questões .....	313
<b>16. ITER CRIMINIS</b> .....	315
16.1. Conceito .....	315
16.2. Fase interna: cogitação .....	316
16.3. Fase externa .....	316
16.3.1. Preparação .....	316
16.3.2. Fase externa: execução .....	317
16.3.3. Transição dos atos preparatórios para os atos executó- rios .....	318
16.3.4. Fase externa: consumação .....	320
16.4. O exaurimento .....	321
16.5. Questões .....	321
<b>17. TENTATIVA</b> .....	323
17.1. Dispositivo legal .....	323
17.2. Conceito .....	323
17.3. Denominação .....	324
17.4. Elementos .....	324
17.5. Natureza jurídica .....	324
17.6. Teorias sobre a punibilidade da tentativa .....	325
17.7. Teoria adotada pelo Código Penal .....	326

17.7.1. Critério para diminuição da pena .....	326
17.8. Tentativa e crimes de competência dos Juizados Especiais Crimi- nais.....	327
17.9. Tentativa e diminuição da pena no Código Penal Militar .....	328
17.10. Espécies de tentativa .....	328
17.10.1. Tentativa branca ou inócua .....	328
17.10.2. Tentativa cruenta ou vermelha .....	328
17.10.3. Tentativa perfeita, acabada ou crime falho .....	328
17.10.4. Tentativa imperfeita, inacabada ou tentativa propriamente dita .....	329
17.11. Tentativa e crimes de ímpeto .....	329
17.12. Tentativa e dolo eventual .....	330
17.13. Inadmissibilidade da tentativa .....	330
17.14. Crimes punidos somente na forma tentada .....	334
17.15. Questões .....	334
<b>18. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ ..</b>	<b>337</b>
18.1. Dispositivo legal .....	337
18.2. Distinção com a tentativa .....	337
18.3. Fundamento .....	337
18.4. Natureza jurídica .....	338
18.5. Desistência voluntária .....	338
18.6. Arrependimento eficaz .....	339
18.7. Requisitos .....	340
18.8. Motivos .....	340
18.9. Efeito .....	340
18.10. Incompatibilidade com os crimes culposos .....	341
18.11. Adiamento da prática do crime .....	341
18.12. Comunicabilidade da desistência voluntária e do arrependimento eficaz .....	341
18.13. Tentativa qualificada .....	342
18.14. Questões .....	343
<b>19. ARREPENDIMENTO POSTERIOR .....</b>	<b>345</b>
19.1. Conceito .....	345
19.2. Alocação do instituto .....	345
19.3. Natureza jurídica .....	346
19.4. Extensão do benefício .....	346
19.5. Fundamentos .....	346

19.6.	Requisitos .....	347
19.7.	Comunicabilidade do arrependimento posterior no concurso de pessoas .....	348
19.8.	CrITÉrio para reduÇão da pena .....	348
19.9.	Recusa do ofendido em aceitar a reparaÇão do dano ou a restituiÇão da coisa .....	349
19.10.	Dispositivos especiais acerca da reparaÇão do dano .....	349
19.10.1.	Peculato culposo .....	349
19.10.2.	Juizados Especiais Criminais .....	350
19.10.3.	ApropriaÇão indÉbita previdenciÁria .....	350
19.10.4.	SÚmula 554 do Supremo Tribunal Federal .....	350
19.11.	Questões .....	351
20.	<b>CRIME IMPOSSÍVEL</b> .....	353
20.1.	Conceito .....	353
20.2.	Natureza jurÍdica .....	353
20.3.	Teorias sobre o crime impossível .....	354
20.4.	Espécies de crime impossível .....	356
20.5.	Momento adequado para aferiÇão da inidoneidade absoluta .....	357
20.6.	Aspectos processuais inerentes ao crime impossível .....	358
20.7.	Crime putativo e crime impossível .....	359
20.7.1.	Conceito de crime putativo .....	359
20.7.2.	Espécies de crime putativo .....	359
20.7.3.	DiferenÇa entre crime impossível e crime putativo .....	361
20.8.	Questões .....	362
21.	<b>ILICITUDE</b> .....	365
21.1.	Conceito .....	365
21.2.	Ilicitude formal e ilicitude material .....	365
21.3.	ConcepÇão unitÁria .....	366
21.4.	Terminologia .....	366
21.5.	IlÍcito e injusto .....	367
21.6.	Ilicitude genÉrica e ilicitude específica .....	368
21.7.	Ilicitude objetiva e ilicitude subjetiva .....	369
21.8.	Ilicitude penal e ilicitude extrapenal .....	369

21.9. Causas de exclusão da ilicitude .....	370
21.9.1. Introdução .....	370
21.9.2. Nomenclatura .....	370
21.9.3. Previsão legal .....	371
21.9.4. Elementos objetivos e subjetivos das causas de exclusão da ilicitude .....	371
21.9.5. Causas de exclusão da ilicitude e aspectos processuais ...	373
21.9.5.1. Prisão provisória e as inovações promovidas pela Lei 12.403/2011 .....	373
21.9.6. Causas supralegais de exclusão da ilicitude .....	375
21.9.6.1. Consentimento do ofendido .....	376
21.9.7. Visão geral .....	379
21.10. Questões .....	380
<b>22. ESTADO DE NECESSIDADE .....</b>	<b>383</b>
22.1. Dispositivo legal .....	383
22.2. Conceito .....	383
22.3. Natureza jurídica .....	384
22.4. Teorias .....	385
22.5. Requisitos .....	386
22.5.1. Situação de necessidade .....	387
22.5.1.1. Perigo atual .....	387
22.5.1.2. Perigo não provocado voluntariamente pelo agente .....	387
22.5.1.3. Ameaça a direito próprio ou alheio .....	389
22.5.1.4. Ausência do dever legal de enfrentar o perigo ...	390
22.5.2. Fato necessitado .....	391
22.5.2.1. Inevitabilidade do perigo por outro modo .....	391
22.5.2.2. Proporcionalidade .....	392
22.6. Causa de diminuição da pena .....	392
22.7. Espécies de estado de necessidade .....	392
22.7.1. Quanto ao bem sacrificado .....	392
22.7.2. Quanto à titularidade do bem jurídico preservado .....	393
22.7.3. Quanto à origem da situação de perigo .....	393
22.7.4. Quanto ao aspecto subjetivo do agente .....	393
22.8. Estado de necessidade recíproco .....	394
22.9. Casos específicos de estado de necessidade .....	394
22.10. Comunicabilidade do estado de necessidade .....	395

22.11. Estado de necessidade e crimes permanentes e habituais .....	395
22.12. Estado de necessidade e erro na execução .....	395
22.13. Estado de necessidade e dificuldades econômicas .....	396
22.14. Questões .....	396
<b>23. LEGÍTIMA DEFESA .....</b>	<b>399</b>
23.1. Fundamento .....	399
23.2. Dispositivo legal .....	400
23.3. Natureza jurídica e conceito .....	400
23.4. Requisitos legais .....	400
23.4.1. Agressão injusta .....	401
23.4.2. Agressão atual ou iminente .....	402
23.4.3. Agressão a direito próprio ou alheio .....	402
23.4.4. Reação com os meios necessários .....	403
23.4.5. Uso moderado dos meios necessários .....	405
23.5. Legítima defesa e vingança .....	405
23.6. Desafio e legítima defesa .....	405
23.7. Espécies de legítima defesa .....	406
23.7.1. Quanto à forma de reação .....	406
23.7.2. Quanto à titularidade do bem jurídico protegido .....	406
23.7.3. Quanto ao aspecto subjetivo de quem se defende .....	406
23.7.4. Legítima defesa da honra .....	407
23.7.5. Legítima defesa presumida .....	408
23.7.6. Legítima defesa sucessiva .....	408
23.8. Legítima defesa contra a multidão .....	409
23.9. Legítima defesa contra pessoa jurídica .....	409
23.10. Legítima defesa nas relações familiares .....	409
23.11. Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i> .....	410
23.12. Legítima defesa de terceiro e consentimento do ofendido .....	410
23.13. Diferença entre estado de necessidade e legítima defesa .....	411
23.14. Existência simultânea de legítima defesa e de estado de necessidade .....	411
23.15. Legítima defesa e relação com outras excludentes: admissibilidade .....	412
23.16. Legítima defesa e relação com outras excludentes: inadmissibilidade .....	413

23.17. Legítima defesa e desobediência civil: distinção .....	414
23.18. Questões .....	414
<b>24. ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL .....</b>	<b>417</b>
24.1. Dispositivo legal .....	417
24.2. Natureza jurídica .....	417
24.3. Conceito .....	417
24.4. Fundamento .....	418
24.5. Dever legal .....	418
24.6. Destinatários da excludente .....	419
24.7. Limites da excludente .....	419
24.8. Estrito cumprimento de dever legal e crimes culposos .....	419
24.9. Comunicabilidade da excludente da ilicitude .....	420
24.10. Questões .....	420
<b>25. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO .....</b>	<b>421</b>
25.1. Dispositivo legal .....	421
25.2. Natureza jurídica .....	421
25.3. Conceito .....	421
25.4. Limites da excludente .....	422
25.5. Costumes .....	423
25.6. Distinções entre estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito .....	424
25.7. Lesões em atividades esportivas .....	424
25.8. Intervenções médicas ou cirúrgicas .....	424
25.9. Ofendículas .....	425
25.10. Meios mecânicos predispostos de defesa da propriedade .....	426
25.11. Exercício regular de direito e utilização de cadáver para estudos e pesquisas científicas .....	426
25.12. Questão .....	427
<b>26. EXCESSO .....</b>	<b>429</b>
26.1. Introdução .....	429
26.2. Dispositivo legal e alcance .....	429
26.3. Conceito .....	430
26.4. Espécies .....	430
26.4.1. Doloso, culposo, acidental ou exculpante .....	430

26.4.2. Intensivo e extensivo .....	431
26.5. Legítima defesa e excesso .....	432
26.6. Exemplo de quesitos em crime de competência do Tribunal do Júri, incluindo o excesso .....	433
26.7. Questões .....	434
<b>27. CULPABILIDADE .....</b>	<b>437</b>
27.1. Introdução .....	437
27.2. Conceito .....	438
27.3. Culpabilidade pelo fato .....	439
27.4. Fundamento da culpabilidade .....	439
27.5. Evolução do conceito de culpabilidade .....	439
27.5.1. Teoria psicológica .....	439
27.5.2. Teoria normativa ou psicológico-normativa .....	441
27.5.3. Teoria normativa pura, extrema ou estrita .....	442
27.5.4. Teoria limitada .....	443
27.6. Teoria adotada pelo Código Penal .....	444
27.7. Teoria funcional da culpabilidade .....	445
27.8. Tipo positivo e tipo negativo de culpabilidade .....	445
27.9. Cculpabilidade .....	446
27.10. Culpabilidade formal e culpabilidade material .....	447
27.11. Graus de culpabilidade .....	447
27.12. Dirimentes .....	447
27.13. Questões .....	448
<b>28. IMPUTABILIDADE PENAL .....</b>	<b>451</b>
28.1. Introdução .....	451
28.2. Conceito .....	452
28.3. Momento para constatação da imputabilidade .....	452
28.4. Sistemas ou critérios para identificação da inimputabilidade .....	452
28.5. Causas de inimputabilidade .....	453
28.6. Menoridade .....	454
28.6.1. Menor de 18 anos de idade e a emancipação civil .....	454
28.6.2. Redução da maioridade penal .....	454
28.6.3. Crimes permanentes e superveniência da maioridade penal .....	455
28.6.4. Menoridade penal e crimes militares .....	455

28.7. Inimputabilidade por doença mental .....	455
28.7.1. Doente mental e intervalos de lucidez .....	456
28.8. Inimputabilidade por desenvolvimento mental incompleto .....	456
28.9. Inimputabilidade por desenvolvimento mental retardado .....	456
28.10. A perícia médica .....	457
28.11. Efeitos da inimputabilidade .....	458
28.12. Imputabilidade diminuída ou restrita .....	459
28.12.1. Dispositivo legal .....	459
28.12.2. Nomenclatura .....	459
28.12.3. Conceito .....	459
28.12.4. Sistema adotado .....	460
28.12.5. Natureza jurídica .....	460
28.12.6. Efeitos .....	460
28.13. Emoção e paixão .....	461
28.13.1. Apontamento histórico .....	461
28.13.2. Introdução e critério utilizado pelo Código Penal .....	461
28.13.3. Emoção e paixão: conceitos e distinções .....	462
28.13.4. Efeitos .....	463
28.13.5. Emoção e paixão patológicas .....	463
28.13.6. Espécies .....	463
28.13.7. Disposições especiais no Código Penal .....	463
28.13.8. A questão do homicídio passional .....	464
28.14. Embriaguez .....	465
28.14.1. Conceito .....	465
28.14.2. Denominação .....	465
28.14.3. Embriaguez crônica ou patológica, ou alcoolismo crôni- co .....	465
28.14.4. Períodos, fases ou etapas da embriaguez .....	466
28.14.5. Espécies de embriaguez .....	466
28.14.5.1. Quanto à intensidade .....	466
28.14.5.2. Quanto à origem .....	467
28.14.6. Embriaguez acidental completa e medida de segurança ..	468
28.14.7. Prova da embriaguez .....	468
28.14.7.1. Prova da embriaguez e o Código de Trânsito Brasileiro .....	468

28.14.8. A teoria da <i>actio libera in causa</i> .....	471
28.15. Questões .....	475
<b>29. POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE</b> .....	<b>477</b>
29.1. Introdução .....	477
29.2. Evolução .....	477
29.3. Critérios para determinação do objeto da consciência da ilicitude ...	478
29.4. Exclusão .....	479
29.4.1. Erro de proibição .....	479
29.4.1.1. Introdução .....	479
29.4.1.2. Desconhecimento da lei (" <i>ignorantia legis</i> ") ...	479
29.4.1.3. Conceito de erro de proibição .....	480
29.4.1.4. Efeitos: escusável e inescusável .....	481
29.4.1.5. Critérios para identificação da escusabilidade ou inescusabilidade do erro de proibição .....	482
29.4.1.6. Espécies de erro de proibição: direto, indireto e mandamental .....	483
29.4.1.7. Erro de proibição e crime putativo por erro de proibição .....	484
29.4.1.8. Diferença entre erro de tipo e erro de proibição .....	484
29.4.1.9. O erro de tipo que incide sobre a ilicitude do fato .....	485
29.5. Questões .....	485
<b>30. EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA</b> .....	<b>487</b>
30.1. Conceito .....	487
30.2. Causas supralegais de exclusão da culpabilidade .....	488
30.2.1. Origem histórica .....	488
30.2.2. Situação atual: admissibilidade e fundamentos .....	488
30.3. Coação moral irresistível .....	490
30.3.1. Dispositivo legal e incidência .....	490
30.3.2. Fundamento .....	490
30.3.3. Requisitos .....	490
30.3.4. Efeitos .....	491
30.3.5. Temor reverencial .....	492
30.4. Obediência hierárquica .....	493
30.4.1. Dispositivo legal .....	493

30.4.2. Conceito .....	493
30.4.3. Fundamentos .....	493
30.4.4. Requisitos .....	493
30.4.5. Efeitos .....	494
30.5. Questões .....	495
<b>31. CONCURSO DE PESSOAS .....</b>	<b>497</b>
31.1. Tratamento legislativo .....	497
31.2. Denominação .....	497
31.3. Conceito .....	498
31.4. Requisitos .....	498
31.4.1. Pluralidade de agentes culpáveis .....	498
31.4.2. Relevância causal das condutas para a produção do resultado .....	500
31.4.3. Vínculo subjetivo .....	500
31.4.4. Unidade de infração penal para todos os agentes .....	501
31.4.5. Existência de fato punível .....	503
31.5. Autoria .....	503
31.5.1. Teorias .....	503
31.5.2. Teoria adotada pelo Código Penal .....	506
31.6. Punibilidade no concurso de pessoas .....	506
31.7. Cooperação dolosamente distinta .....	507
31.8. Modalidades de concurso de pessoas: coautoria e participação ...	509
31.8.1. Coautoria .....	509
31.8.1.1. Coautoria, crimes próprios e crimes de mão própria .....	509
31.8.1.2. O executor de reserva .....	510
31.8.1.3. Coautoria sucessiva .....	510
31.8.1.4. Coautoria em crimes omissivos .....	510
31.8.1.5. A autoria mediata .....	511
31.8.1.6. Autoria por determinação .....	514
31.8.1.7. Autoria de escritório .....	515
31.8.2. Participação .....	515
31.8.2.1. Espécies .....	516
31.8.2.2. Punição do partícipe: teorias da acessoriedade .....	518
31.8.2.3. Participação de menor importância .....	520
31.8.2.4. Participação impunível .....	521

31.8.2.5. Participação por omissão .....	522
31.8.2.6. Conivência .....	522
31.8.2.7. Participação sucessiva .....	523
31.8.2.8. Participação em cadeia ou participação da participação .....	523
31.8.2.9. Participação em ação alheia .....	523
31.9. Circunstâncias incommunicáveis: o art. 30 do Código Penal .....	524
31.9.1. Distinção entre elementares e circunstâncias .....	524
31.9.2. Espécies de elementares e de circunstâncias .....	525
31.9.3. Condições de caráter pessoal .....	525
31.9.4. As regras do art. 30 do Código Penal .....	525
31.9.5. Elementares personalíssimas e a questão do estado puerperal no infanticídio .....	526
31.10. O excesso no mandato criminal .....	527
31.11. Questões diversas .....	528
31.11.1. Autoria colateral .....	528
31.11.2. Autoria incerta .....	528
31.11.3. Autoria desconhecida .....	530
31.12. Concurso de pessoas e crimes multitudinários .....	530
31.13. Concurso de pessoas e crimes culposos .....	532
31.13.1. Coautoria e crimes culposos .....	532
31.13.2. Participação e crimes culposos .....	533
31.14. Questões .....	533

### Parte III

## TEORIA GERAL DA PENA

32. PENA: ASPECTOS GERAIS .....	539
32.1. Sanção penal .....	539
32.2. Conceito .....	539
32.3. Princípios .....	540
32.4. Teorias e finalidades .....	542
32.4.1. Teoria absoluta e finalidade retributiva .....	543
32.4.2. Teoria relativa e finalidades preventivas .....	544
32.4.3. Teoria mista ou unificadora e dupla finalidade: retribuição e prevenção .....	546
32.5. Função social da pena .....	547

32.6. Fundamentos da pena .....	547
32.7. Cominação das penas .....	548
32.8. Classificação das penas .....	549
32.8.1. Quanto ao bem jurídico do condenado atingido pela pena .....	549
32.8.2. Quanto ao critério constitucional .....	550
32.8.3. Quanto ao critério adotado pelo Código Penal .....	550
32.9. Abolicionismo penal .....	551
32.10. Justiça restaurativa .....	553
32.11. Teoria das janelas quebradas (“ <i>broken windows theory</i> ”) .....	555
32.12. Questões .....	556
<b>33. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE .....</b>	<b>559</b>
33.1. Conceito .....	560
33.2. Espécies .....	560
33.3. Regimes penitenciários .....	560
33.4. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade .....	560
33.4.1. Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade e crimes hediondos ou equiparados .....	561
33.5. Competência para execução da pena privativa de liberdade .....	562
33.6. Jurisdicionalização da execução penal .....	562
33.7. Pena de reclusão .....	563
33.8. Pena de detenção .....	564
33.9. Pena de prisão simples .....	565
33.10. Diferenças entre reclusão e detenção .....	565
33.11. Pena privativa de liberdade aplicada no mínimo legal e regime prisional mais rigoroso .....	566
33.12. Impossibilidade de modificação, pelo juízo da execução, do regime prisional equivocadamente fixado na decisão condenatória .....	567
33.13. Obrigatoriedade de prévia execução das penas mais graves .....	567
33.14. Progressão de regimes .....	567
33.14.1. Proibição da progressão “por saltos” .....	569
33.14.2. Progressão e crimes contra a Administração Pública .....	570
33.14.3. Progressão e crimes hediondos ou equiparados .....	570
33.14.4. Requisito temporal para progressão em caso de execução conjunta por crime hediondo e crime comum .....	573

33.14.5. Progressão e nova condenação .....	574
33.14.6. Processamento do pedido de progressão .....	575
33.14.7. Progressão e prática de falta grave .....	577
33.14.8. Progressão e <i>habeas corpus</i> .....	578
33.14.9. Progressão e vinculação com o crime organizado .....	578
33.14.10. Progressão de regime prisional, condenado estrangeiro e processo de expulsão em trâmite .....	578
33.14.11. Progressão de regime e prisão em unidade militar .....	581
33.15. Regressão .....	581
33.15.1. Regressão “por saltos” .....	584
33.15.2. Regressão a regime mais grave do que o fixado na sentença condenatória .....	584
33.15.3. Regressão cautelar .....	585
33.16. Execução provisória .....	585
33.16.1. Execução provisória e réu em liberdade .....	588
33.16.2. Execução provisória de penas restritivas de direitos .....	588
33.16.3. Execução provisória e prisão especial .....	589
33.17. Autorizações de saída .....	589
33.17.1. Permissão de saída .....	589
33.17.2. Saída temporária .....	589
33.17.2.1. Saída temporária e monitoração eletrônica ...	591
33.17.2.2. Saídas temporárias automatizadas .....	592
33.18. Regras do regime fechado .....	593
33.18.1. Local de cumprimento da pena .....	594
33.18.2. Regime disciplinar diferenciado (RDD) .....	596
33.19. Regras do regime semiaberto .....	599
33.19.1. Falta de vagas no regime semiaberto .....	599
33.20. Regras do regime aberto .....	600
33.20.1. Regime aberto e prestação de serviços à comunidade ...	601
33.20.2. Legislação local .....	602
33.20.3. Prisão albergue domiciliar .....	602
33.20.3.1. Prisão albergue domiciliar e prisão domiciliar: distinção .....	603
33.20.4. Regime aberto e ausência de Casa do Albergado .....	604
33.20.4.1. Prisão domiciliar e monitoração eletrônica ...	605
33.20.5. Regime aberto e crimes militares .....	605
33.21. Regime especial .....	606
33.21.1. Execução penal, mães presas e filhos recém-nascidos ...	606

33.22. Direitos do preso .....	607
33.22.1. A questão da visita íntima .....	607
33.22.2. Limitação ao uso de algemas .....	608
33.23. Trabalho do preso .....	609
33.24. Legislação especial .....	610
33.25. Remição .....	610
33.25.1. Remição pelo trabalho .....	610
33.25.2. Remição pelo estudo .....	612
33.25.3. Regras comuns à remição .....	613
33.25.4. Cumulatividade da remição pelo trabalho e pelo estudo ...	614
33.25.5. Falta grave e perda dos dias remidos .....	614
33.25.6. Ausência de trabalho ou de estudo por falta de condições no estabelecimento penal .....	617
33.26. Detração penal .....	618
33.26.1. Competência para aplicação da detração penal .....	618
33.26.2. Detração penal e penas restritivas de direitos .....	618
33.26.3. Detração penal e pena de multa .....	619
33.26.4. Detração penal e suspensão condicional da execução da pena privativa de liberdade ( <i>sursis</i> ) .....	619
33.26.5. Detração penal e prescrição .....	619
33.26.6. Detração penal e regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade .....	620
33.26.7. Detração penal e prisão provisória em outro processo ...	620
33.27. Questões .....	621
<b>34. APLICAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE .....</b>	<b>625</b>
34.1. Conceito .....	625
34.2. Pressuposto .....	626
34.3. Sistemas ou critérios para aplicação da pena .....	626
34.4. Elementares e circunstâncias .....	627
34.4.1. Classificação das circunstâncias .....	628
34.5. Agravantes genéricas e causas de aumento da pena .....	629
34.6. Causas de aumento da pena e qualificadoras .....	629
34.7. Atenuantes genéricas e causas de diminuição da pena .....	629
34.8. O critério trifásico .....	630
34.9. A primeira fase da dosimetria da pena: fixação da pena-base ....	632
34.9.1. Culpabilidade .....	635

34.9.2. Antecedentes .....	636
34.9.3. Conduta social .....	637
34.9.4. Personalidade do agente .....	638
34.9.5. Motivos do crime .....	638
34.9.6. Circunstâncias do crime .....	638
34.9.7. Consequências do crime .....	639
34.9.8. Comportamento da vítima .....	639
34.10. A segunda fase da dosimetria da pena: agravantes e atenuantes genéricas .....	639
34.10.1. Reincidência (art. 61, I, do CP) .....	642
34.10.1.1. Introdução .....	642
34.10.1.2. Conceito .....	643
34.10.1.3. Requisitos .....	643
34.10.1.4. Natureza jurídica .....	646
34.10.1.5. Prova da reincidência .....	646
34.10.1.6. Espécies .....	647
34.10.1.7. Validade da condenação anterior para fins de reincidência .....	648
34.10.1.8. Extinção da punibilidade do crime anterior ...	649
34.10.1.9. Terminologias: reincidente, primário e tecnicamente primário .....	649
34.10.1.10. Efeitos da reincidência .....	650
34.10.1.11. Crimes militares próprios, crimes políticos e a reincidência .....	651
34.10.1.12. Reincidência e maus antecedentes .....	652
34.10.2. Ter o agente cometido o crime (art. 61, II, do CP) .....	652
34.10.2.1. Por motivo fútil ou torpe (alínea “a”) .....	652
34.10.2.2. Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (alínea “b”) .....	653
34.10.2.3. À traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (alínea “c”) ...	654
34.10.2.4. Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (alínea “d”) .....	654
34.10.2.5. Contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (alínea “e”) .....	655
34.10.2.6. Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de	

	hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica (alínea “f”) .....	656
34.10.2.7.	Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (alínea “g”) .....	657
34.10.2.8.	Contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida (alínea “h”) .....	658
34.10.2.9.	Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (alínea “i”) .....	658
34.10.2.10.	Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido (alínea “j”) .....	659
34.10.2.11.	Em estado de embriaguez preordenada (alínea “j”) .....	659
34.10.3.	Agravantes no concurso de pessoas (art. 62 do CP) .....	659
34.10.3.1.	Promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes (inciso I) ....	660
34.10.3.2.	Coage ou induz outrem à execução material do crime (inciso II) .....	660
34.10.3.3.	Instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal (inciso III).....	661
34.10.3.4.	Executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa (inciso IV). .....	661
34.10.4.	Atenuantes genéricas (arts. 65 e 66 do CP) .....	661
34.10.4.1.	Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença (inciso I) .....	661
34.10.4.2.	O desconhecimento da lei (inciso II) .....	663
34.10.4.3.	Ter o agente (inciso III) .....	663
34.10.4.4.	Atenuantes inominadas (art. 66 do CP) .....	668
34.10.5.	Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas .....	668
34.10.5.1.	Concurso entre reincidência e confissão espontânea .....	669
34.11.	A terceira fase da dosimetria da pena: causas de aumento (majorantes) e de diminuição (minorantes) .....	669
34.12.	Questões .....	671
35.	<b>PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS</b> .....	675
35.1.	Conceito .....	675
35.2.	Espécies .....	676

35.3. Natureza jurídica .....	676
35.4. Duração das penas restritivas de direitos .....	677
35.5. Requisitos .....	678
35.5.1. Requisitos objetivos .....	678
35.5.2. Requisitos subjetivos .....	680
35.6. Crimes hediondos e equiparados e penas restritivas de direitos ...	681
35.6.1. A problemática relacionada ao tráfico de drogas .....	682
35.7. Violência doméstica ou familiar contra a mulher e pena restritiva de direitos .....	683
35.8. Penas restritivas de direitos e crimes militares .....	683
35.9. Momento da substituição .....	683
35.10. Regras da substituição .....	684
35.11. Reconversão obrigatória da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade .....	685
35.11.1. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade e princípio da boa-fé objetiva .....	686
35.12. Reconversão facultativa da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade .....	687
35.13. Início da execução das penas restritivas de direitos .....	688
35.14. Penas restritivas de direitos em espécie .....	688
35.14.1. Classificação .....	688
35.14.2. Prestação pecuniária .....	689
35.14.2.1. Prestação pecuniária e pena de multa: distinções .....	691
35.14.3. Perda de bens e valores .....	691
35.14.3.1. Perda de bens e valores e confisco como efeito da condenação: distinções .....	692
35.14.4. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas .....	693
35.14.4.1. Execução da prestação de serviços à comunidade .....	694
35.14.4.2. Prestação de serviços à comunidade e trabalhos forçados .....	695
35.14.4.3. Prestação de serviços à comunidade e crimes ambientais .....	695
35.14.4.4. Ausência de local adequado para execução da prestação de serviços à comunidade .....	695
35.14.5. Interdição temporária de direitos .....	696
35.14.5.1. Proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo.....	696

35.14.5.2. Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público ....	697
35.14.5.3. Suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo .....	697
35.14.5.4. Proibição de frequentar determinados lugares ...	698
35.14.5.5. Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos .....	699
35.14.6. Limitação de fim de semana .....	700
35.15. Questões .....	701
<b>36. PENA DE MULTA .....</b>	<b>703</b>
36.1. Conceito .....	703
36.2. Fundo Penitenciário .....	703
36.3. Critério adotado para a pena de multa .....	704
36.4. Aplicação da pena de multa .....	704
36.5. Valor ineficaz da pena de multa .....	706
36.6. Multa excessiva .....	706
36.7. Multa irrisória .....	706
36.8. Pagamento voluntário da multa .....	706
36.9. Execução da pena de multa .....	707
36.10. Causas suspensivas e interruptivas da prescrição da pena de multa .....	709
36.11. Pena de multa e <i>habeas corpus</i> .....	709
36.12. Multa e correção monetária .....	710
36.13. Suspensão da execução da multa .....	710
36.14. Multa substitutiva .....	710
36.15. Súmula 171 do Superior Tribunal de Justiça .....	711
36.16. Pena de multa na Lei de Drogas .....	711
36.17. Pena de multa e violência doméstica e familiar contra a mulher ....	712
36.18. Questões .....	713
<b>37. CONCURSO DE CRIMES .....</b>	<b>715</b>
37.1. Conceito .....	715
37.2. Espécies .....	715
37.3. Sistemas de aplicação da pena no concurso de crimes .....	716
37.3.1. Sistema do cúmulo material .....	716
37.3.2. Sistema da exasperação .....	716

37.3.3. Sistema da absorção .....	716
37.4. Concurso material .....	717
37.4.1. Conceito e dispositivo legal .....	717
37.4.2. Espécies .....	718
37.4.3. Momento adequado para a soma das penas .....	718
37.4.4. Imposição cumulativa de penas de reclusão e detenção....	718
37.4.5. Cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos .....	718
37.4.6. Cumprimento sucessivo ou simultâneo de penas restritivas de direitos .....	719
37.4.7. Concurso material e suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/1995) .....	719
37.5. Concurso formal .....	719
37.5.1. Conceito e dispositivo legal .....	719
37.5.2. Espécies .....	720
37.5.2.1. Homogêneo e heterogêneo .....	720
37.5.2.2. Perfeito e imperfeito .....	720
37.5.3. Aplicação da pena no concurso formal .....	720
37.5.4. Concurso material benéfico .....	722
37.5.5. Teorias sobre o concurso formal .....	723
37.6. Crime continuado .....	723
37.6.1. Conceito e dispositivo legal .....	723
37.6.2. Origem histórica .....	724
37.6.3. Natureza jurídica .....	724
37.6.4. Requisitos do crime continuado .....	725
37.6.4.1. Pluralidade de condutas .....	725
37.6.4.2. Pluralidade de crimes da mesma espécie .....	726
37.6.4.3. Conexão temporal .....	727
37.6.4.4. Conexão espacial .....	727
37.6.4.5. Conexão modal .....	727
37.6.4.6. Conexão ocasional .....	728
37.6.4.7. Crime continuado e unidade de desígnio .....	728
37.6.5. Espécies de crime continuado e dosimetria da pena .....	729
37.6.6. Concurso material benéfico .....	731
37.6.7. Crime continuado e conflito de leis no tempo .....	731
37.6.8. Crime continuado e prescrição .....	731
37.6.9. Crime continuado e suspensão condicional do processo	732
37.6.10. Crime continuado e crime habitual: diferenças .....	733

37.7. Multa no concurso de crimes .....	733
37.8. Apontamentos diversos sobre o concurso de crimes .....	734
37.8.1. Concurso de crimes moderado ou limitado .....	734
37.8.2. Concurso de concursos de crimes ou concorrência de concursos .....	734
37.8.3. Concurso de crimes e competência dos Juizados Especiais Criminais .....	735
37.8.4. Concurso entre crimes e contravenções penais .....	735
37.9. Questões .....	735
<b>38. LIMITE DAS PENAS .....</b>	<b>739</b>
38.1. Introdução .....	739
38.2. Fundamentos .....	740
38.3. Unificação de penas .....	740
38.4. Competência para unificação das penas .....	741
38.5. Nova condenação e unificação das penas .....	741
38.6. Fuga do réu e cumprimento da pena unificada .....	742
<b>39. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA .....</b>	<b>743</b>
39.1. Origem histórica .....	743
39.2. Sistemas .....	744
39.3. Conceito .....	744
39.4. Natureza jurídica .....	745
39.5. Requisitos .....	745
39.5.1. Requisitos objetivos .....	746
39.5.2. Requisitos subjetivos .....	747
39.6. Momento adequado para concessão do <i>sursis</i> .....	748
39.7. Espécies de <i>sursis</i> .....	748
39.8. Condições .....	749
39.9. <i>Sursis</i> incondicionado .....	749
39.10. Período de prova .....	750
39.11. Fiscalização das condições impostas durante o período de prova....	751
39.12. Revogação .....	751
39.12.1. Revogação obrigatória .....	752
39.12.2. Revogação facultativa .....	753
39.12.3. Revogação do <i>sursis</i> e do livramento condicional .....	754
39.13. Revogação do <i>sursis</i> e prévia oitiva do condenado .....	755

39.14. Revogação obrigatória do <i>sursis</i> pela condenação irrecorrível por crime doloso durante o curso do prazo e término do período de prova .....	755
39.15. Cassação do <i>sursis</i> .....	756
39.16. <i>Sursis</i> sucessivos .....	756
39.17. <i>Sursis</i> simultâneos .....	756
39.18. Prorrogação do período de prova .....	757
39.19. Término do período de prova e possibilidade de sua prorrogação e revogação do benefício .....	758
39.20. Extinção da pena .....	758
39.21. <i>Sursis</i> e crimes hediondos ou equiparados .....	758
39.22. <i>Sursis</i> para estrangeiros que estejam no Brasil em caráter temporário .....	759
39.23. <i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos .....	760
39.24. <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i> .....	760
39.25. <i>Sursis</i> e detração penal .....	760
39.26. <i>Sursis</i> e indulto .....	761
39.27. <i>Sursis</i> e regime penitenciário .....	761
39.28. Questões .....	762
<b>40. LIVRAMENTO CONDICIONAL .....</b>	<b>765</b>
40.1. Evolução histórica .....	765
40.2. Conceito .....	765
40.3. Natureza jurídica .....	766
40.4. Diferenças com o <i>sursis</i> .....	766
40.5. Juízo competente para concessão do livramento condicional .....	768
40.6. Egresso .....	768
40.7. Requisitos .....	768
40.7.1. Requisitos objetivos .....	768
40.7.2. Requisitos subjetivos .....	771
40.8. Rito do livramento condicional .....	774
40.9. Condições .....	776
40.10. Revogação do livramento condicional .....	777
40.10.1. Revogação obrigatória .....	777
40.10.1.1. Inciso I .....	778
40.10.1.2. Inciso II .....	779
40.10.2. Revogação facultativa .....	780

40.11. Suspensão do livramento condicional .....	781
40.12. Prorrogação do período de prova .....	782
40.13. Extinção da pena .....	784
40.14. Questões diversas sobre livramento condicional .....	784
40.14.1. Livramento condicional insubsistente .....	784
40.14.2. Livramento condicional e <i>habeas corpus</i> .....	785
40.14.3. Livramento condicional humanitário .....	785
40.14.4. Livramento condicional cautelar .....	785
40.14.5. Livramento condicional para estrangeiros que estejam no Brasil em caráter temporário .....	786
40.15. Questões .....	787
<b>41. EFEITOS DA CONDENAÇÃO .....</b>	<b>789</b>
41.1. Introdução .....	789
41.2. Pressuposto .....	789
41.3. Divisão dos efeitos da condenação .....	790
41.3.1. Efeitos principais .....	790
41.3.2. Efeitos secundários .....	790
41.3.2.1. Efeitos secundários de natureza penal .....	790
41.3.2.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal pre- vistas no Código Penal .....	791
41.4. Efeitos da condenação previstos fora do Código Penal .....	799
41.4.1. Suspensão dos direitos políticos .....	799
41.4.2. Perda do mandato do Deputado Federal ou Senador ....	799
41.4.3. Rescisão contratual na Justiça do Trabalho .....	800
41.4.4. Lei de Licitações .....	800
41.4.5. Lei de Falências .....	800
41.4.6. Lei de Tortura .....	801
41.4.7. Lei de Drogas .....	801
41.4.8. Crimes resultantes de preconceitos de raça e de cor ....	801
41.5. Quadro esquemático .....	802
41.6. Questões .....	802
<b>42. REABILITAÇÃO .....</b>	<b>805</b>
42.1. Conceito .....	805
42.2. Origem histórica .....	805
42.3. Natureza jurídica .....	806

42.4. Modalidades de reabilitação no Código Penal .....	806
42.4.1. Sigilo das condenações: art. 93, <i>caput</i> , parte final .....	806
42.4.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal e específicos da condenação: art. 93, parágrafo único .....	807
42.4.2.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo .....	807
42.4.2.2. Incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela .....	808
42.4.2.3. Inabilitação para dirigir veículo .....	808
42.5. Reabilitação e reincidência .....	808
42.6. Pressuposto e requisitos da reabilitação .....	809
42.6.1. Pressuposto .....	809
42.6.2. Requisitos .....	809
42.6.2.1. Requisitos objetivos .....	809
42.6.2.2. Requisitos subjetivos .....	811
42.7. Pedido de reabilitação .....	811
42.8. Revogação da reabilitação .....	812
42.9. Reabilitação e <i>habeas corpus</i> .....	812
42.10. Questões .....	813
<b>43. MEDIDAS DE SEGURANÇA .....</b>	<b>815</b>
43.1. Conceito .....	815
43.2. Distinções entre pena e medida de segurança .....	816
43.3. Princípios das medidas de segurança .....	817
43.3.1. Legalidade .....	817
43.3.2. Anterioridade .....	817
43.3.3. Jurisdicionalidade .....	817
43.4. Requisitos para aplicação .....	817
43.5. Conceito de periculosidade .....	818
43.6. Espécies de periculosidade .....	818
43.7. Aplicação da medida de segurança .....	819
43.8. Espécies de medidas de segurança .....	820
43.9. Prazo mínimo da medida de segurança .....	821
43.10. Prazo máximo da medida de segurança .....	821
43.11. Execução das medidas de segurança .....	823
43.12. Medida de segurança provisória ou preventiva .....	825
43.13. Conversão do tratamento ambulatorial para internação .....	826

43.14. Desinternação progressiva .....	826
43.15. Conversão da pena em medida de segurança .....	827
43.16. Direitos do internado .....	829
43.17. Medidas de segurança na Lei de Drogas .....	829
43.18. Adolescente infrator e medidas de segurança .....	829
43.19. Questões .....	830
<b>44. AÇÃO PENAL .....</b>	<b>833</b>
44.1. Introdução .....	833
44.2. Conceito .....	833
44.3. Características .....	834
44.4. Classificação da ação penal .....	834
44.4.1. Divisão com base na tutela jurisdicional invocada .....	834
44.4.2. Divisão subjetiva .....	835
44.5. Condições da ação penal .....	835
44.5.1. Condições genéricas .....	835
44.5.1.1. Possibilidade jurídica do pedido .....	835
44.5.1.2. Legitimidade <i>ad causam</i> ou legitimidade para agir .....	836
44.5.1.3. Interesse processual .....	836
44.5.1.4. Justa causa .....	837
44.5.2. Condições específicas ou condições de procedibilidade ...	838
44.6. Ação penal pública .....	839
44.6.1. Princípios .....	839
44.6.2. Ação penal pública incondicionada .....	841
44.6.3. Ação penal pública condicionada .....	841
44.6.3.1. Representação do ofendido e requisição do Ministro da Justiça: natureza jurídica .....	841
44.6.3.2. Representação do ofendido .....	842
44.7. Ação penal privada .....	847
44.7.1. Prazo .....	848
44.7.2. Princípios .....	848
44.7.3. Espécies .....	849
44.7.3.1. Ação penal exclusivamente privada ou ação penal privada propriamente dita .....	849
44.7.3.2. Ação penal privada personalíssima .....	850
44.7.3.3. Ação penal privada subsidiária da pública .....	850

44.7.3.4. Ação penal privada concorrente .....	851
44.8. Ação penal nos crimes complexos .....	852
44.9. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual: crimes contra a liberdade sexual e crimes sexuais contra vulnerável .....	852
44.10. Ação penal e crime de lesão corporaL praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher .....	854
44.11. Questões .....	856
<b>45. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE .....</b>	<b>859</b>
45.1. Introdução .....	859
45.2. O art. 107 do Código Penal .....	860
45.3. Momento de ocorrência: antes ou depois do trânsito em julgado da condenação .....	861
45.4. Efeitos .....	861
45.5. Extinção da punibilidade nos crimes acessórios, complexos e conexos .....	862
45.6. Análise do art. 107 do Código Penal .....	863
45.6.1. Morte do agente (inciso I) .....	863
45.6.2. Anistia, graça e indulto (inciso II) .....	864
45.6.2.1. Anistia .....	864
45.6.2.2. Graça .....	866
45.6.2.3. Indulto .....	867
45.6.3. <i>Abolitio criminis</i> (inciso III) .....	869
45.6.4. Prescrição, decadência e preempção (inciso IV) .....	870
45.6.4.1. Prescrição .....	870
45.6.4.2. Decadência .....	870
45.6.4.3. Preempção .....	872
45.6.5. Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação privada (inciso V) .....	874
45.6.5.1. Renúncia ao direito de queixa .....	874
45.6.5.2. Perdão aceito .....	875
45.6.6. Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite (inciso VI) .....	876
45.6.7. Inciso VII – Revogado pela Lei 11.106/2005 .....	877
45.6.8. Inciso VIII – Revogado pela Lei 11.106/2005 .....	878
45.6.9. Perdão judicial (inciso IX) .....	878
45.6.9.1. Introdução .....	878
45.6.9.2. Natureza jurídica .....	879

45.6.9.3. Aplicabilidade .....	880
45.6.9.4. Incomunicabilidade .....	880
45.6.9.5. Natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial .....	880
45.6.9.6. Distinção entre perdão judicial e escusas absolutórias .....	882
45.6.9.7. Distinção entre perdão judicial e perdão do ofendido .....	883
45.7. Questões .....	883
<b>46. PRESCRIÇÃO .....</b>	<b>887</b>
46.1. Introdução .....	887
46.2. Origem histórica .....	888
46.3. Conceito .....	888
46.4. Fundamentos .....	889
46.5. Natureza jurídica .....	890
46.6. Alocação .....	890
46.7. Imprescritibilidade penal .....	891
46.8. Diferenças entre prescrição e decadência .....	893
46.9. Espécies de prescrição .....	893
46.9.1. Introdução .....	893
46.9.2. Efeitos da prescrição e competência para sua declaração .....	894
46.10. Prescrição da pena privativa de liberdade .....	895
46.10.1. Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição da ação penal .....	895
46.10.1.1. Dispositivo legal .....	895
46.10.1.2. Fundamento .....	896
46.10.1.3. Cálculo .....	896
46.10.1.4. Termo inicial .....	901
46.10.1.5. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva e regra especial da Lei de Falências .....	903
46.10.1.6. Causas interruptivas .....	903
46.10.1.7. Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva .....	907
46.10.1.8. Causa especial de interrupção da prescrição da pretensão punitiva nos crimes falimentares ....	908
46.10.1.9. Causas impeditivas .....	908
46.10.1.10. Natureza do rol das causas impeditivas e suspensivas previstas no Código Penal .....	910

46.10.1.11. Causas impeditivas e suspensivas da prescrição da pretensão punitiva previstas fora do Código Penal .....	910
46.10.2. Prescrição superveniente, intercorrente ou subsequente .....	911
46.10.2.1. Conceito .....	911
46.10.2.2. Cálculo .....	912
46.10.2.3. Termo inicial .....	912
46.10.2.4. Motivos para sua ocorrência .....	912
46.10.2.5. Momento adequado para o seu reconhecimento .....	913
46.10.2.6. Redução da pena imposta pela sentença e pendência de recurso da acusação .....	913
46.10.3. Prescrição retroativa .....	914
46.10.3.1. Origem .....	914
46.10.3.2. Cálculo .....	914
46.10.3.3. Termo inicial .....	915
46.10.3.4. Momento adequado para o seu reconhecimento .....	917
46.10.4. Prescrição da pretensão executória ou prescrição da condenação .....	918
46.10.4.1. Conceito .....	918
46.10.4.2. Forma de contagem .....	918
46.10.4.3. Termo inicial .....	919
46.10.4.4. Causas interruptivas .....	920
46.10.4.5. Incomunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão executória .....	922
46.10.4.6. Causa impeditiva da prescrição da pretensão executória .....	922
46.10.4.7. Prescrição da pretensão executória e indulto ....	923
46.10.5. Prescrição virtual, projetada, antecipada, prognostical ou retroativa em perspectiva .....	923
46.11. Prescrição das penas restritivas de direitos .....	925
46.12. Prescrição e detração penal .....	927
46.13. Prescrição das medidas de segurança .....	927
46.14. Prescrição e absorção de penas .....	928
46.15. Prescrição no concurso de crimes .....	929
46.16. Prescrição da pena de multa .....	930
46.17. Prescrição na legislação penal especial .....	932
46.17.1. Lei de Drogas – Lei 11.343/2006 .....	932

46.17.2. Código Penal Militar – Decreto-lei 1.001/1969 .....	932
46.17.3. Prescrição e Estatuto da Criança e do Adolescente .....	933
46.18. Falta grave na Lei de Execução Penal e prescrição de infração disciplinar .....	933
46.19. Questões .....	933
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	937
<b>GABARITOS</b> .....	949

**Nota da Editora:** o Acordo Ortográfico foi aplicado integralmente nesta obra.